



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª Câmara de Direito Público
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA
APELAÇÃO CÍVEL nº. 0174894-1/
Embargantes: ESTADO DE PERNAMBUCO e OUTRO
Procurador: Dr. Henrique Luiz de Lucena Moura
Embargado: ROMILDO GONÇALVES DA SILVA E OUTRO
Advogado: Dr. Rodolfo Gonçalves da Silva
RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

E M E N T A: PROCESSUAL CIVIL E DIREITO ADMINISTRATIVO. ARGUIÇÃO DE NULIDADE DO ACÓRDÃO AFASTADA. PRELIMINAR DE SENTENÇA EXTRA PETITA JÁ ENFRENTADA NO ACÓRDÃO EMBARGADO. POLICIAL MILITAR. APLICAÇÃO DO § 2º DO ART. 21 DA LC Nº. 59/04. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Os embargos de declaração têm como intuito elucidar obscuridades, afastar contradições e suprir omissões no julgado e, ainda, por construção pretoriana, a correção de erro material.
2. É possível antever a intenção do embargante de rediscutir toda a matéria exaustivamente analisada por este Colegiado, porquanto não existe omissão, contradição ou obscuridade no julgamento embargado.
3. Esta Câmara de Direito Público não declarou inconstitucionalidade de lei, apenas destacou que a EC 16/99 ao introduzir no art. 171 da Constituição Estadual os parágrafos 2º e 3º, não revogou nem modificou as Leis Estaduais nº. 6.783/74 e 10.426/90 no que não foram revogadas por outros dispositivos específicos posteriores.
4. Não há julgamento *extra petita* quando a decisão representa mera consequência lógica do julgado.
5. O julgador não está obrigado a aplicar o direito conforme a pretensão das partes, mas sim de acordo com o seu convencimento, de sorte que basta

encontrar e justificar o motivo que o persuadiu acerca de que razão está com este ou aquele demandante para encerrar a lide, acolhendo ou não os pedidos formulados, sem necessidade de dar resposta a um verdadeiro questionário declinado por quem pretenda chegar à superior instância, fazendo referência expressamente a cada dispositivo legal ventilado.

6. Embargos de Declaração conhecidos e rejeitados.

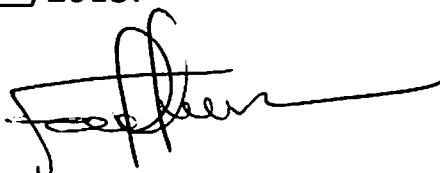
7. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação Cível nº. 0174894-1, sendo embargante o ESTADO DE PERNAMBUCO e OUTRO e embargado ROMILDO GONÇALVES DA SILVA E OUTRO.

Acordam os Desembargadores que integram a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecer e rejeitar os embargos declaratórios, conforme relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 08 / 10 / 2013.



DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª Câmara de Direito Público
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA
APELAÇÃO CÍVEL nº. 0174894-1
Embargantes: ESTADO DE PERNAMBUCO e OUTRO
Procurador: Dr. Henrique Luiz de Lucena Moura
Embargado: ROMILDO GONÇALVES DA SILVA E OUTRO
Advogado: Dr. Rodolfo Gonçalves da Silva
RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

RELATÓRIO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR FERNANDO
CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS, RELATOR:

VISTOS E ETC.

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo Estado de Pernambuco e pela Funape em face do acórdão de fls. 187/188 proferido na ocasião do julgamento do Recurso de Agravo que, à unanimidade de votos, deu-lhe parcial provimento, para limitar a incidência dos honorários advocatícios sobre as parcelas vencidas até a sentença de primeiro grau.

Os embargantes, no arrazoado de fls. 207/218, alegam que o aresto recorrido merece ser anulado, primeiro, porque teria violado o art. 97 da Constituição Federal de 1988, ao ter esta Câmara de Direito Público declarado a inconstitucionalidade da Emenda Constitucional Estadual nº. 16/99, segundo, porque o Juiz de Piso proferiu sentença *extra petita*, malferindo o disposto nos artigos 128 e 460 do CPC. Afirmam, ainda, existir omissões no julgado embargado, por falta de pronunciamento expresse acerca dos artigos 5º, inciso XXXVI e 71, inciso II c/c 75, da CF/88, e do art. 6º, § 1º, do Decreto Lei nº. 4.657/42, e das Súmulas 6 e 347 do STF. Requerem, por fim, o acolhimento do recurso.

Devidamente intimado, conforme determinado no despacho de (fls. 227), o embargado apresentou contrarrazões,

em que afirma inexistir qualquer omissão, contradição ou obscuridade no julgamento capaz de justificar o acolhimento desses aclaratórios.

39

Na forma da lei dos ritos, coloco o feito em mesa para julgamento.

É, no essencial, o relatório.

Recife, 08 / 10 / 2013.



DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS
RELATOR

240
R



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª Câmara de Direito Público
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO NA
APELAÇÃO CÍVEL nº. 0174894-1
Embargantes: ESTADO DE PERNAMBUCO e OUTRO
Procurador: Dr. Henrique Luiz de Lucena Moura
Embargado: ROMILDO GONÇALVES DA SILVA E OUTRO
Advogado: Dr. Rodolfo Gonçalves da Silva
RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

VOTO

Os embargos de declaração, como cediço, têm como intuito elucidar obscuridades, afastar contradições e suprir omissões no julgado e, ainda, por construção pretoriana, a correção de erro material.

Conforme relatado, o embargante requer o provimento dos presentes embargos, dando-lhes efeitos modificativos, para julgar improcedente o pedido inicial. Ocorre que, esmiuçando as razões do inconformismo (fls. 207/218), é possível antever a intenção do embargante de rediscutir toda a matéria exaustivamente analisada por este Colegiado, porquanto não existe omissão, contradição ou obscuridade no julgamento embargado.

A arguição de nulidade do acórdão aventada pelo embargante sob a alegação de que teria sido proferido em desconformidade com o disposto no art. 97 da Carta Magna de 1988, não merece prosperar, uma vez que em nenhum momento esta Câmara declarou inconstitucionalidade de lei, muito pelo contrário, o que restou evidenciado no aresto recorrido foi que o fato da EC 16/99 introduzir no art. 171 da Constituição Estadual os parágrafos 2º e 3º, não constitui óbice à pretensão autoral, tendo em vista que a mesma não revogou ou modificou as Leis Estaduais nº. 6.783/74 e 10.426/90 no que não foram revogadas por outros dispositivos específicos ulteriores.

[Assinatura]

241
W

O anseio de revolver toda a matéria exemplarmente decidida, fez com que o embargante levantasse novamente a preliminar de nulidade da sentença, por ter sido esta proferida, segundo ele, fora do pedido (*extra petita*). Todavia, esta Corte de Justiça, no voto preliminar de fls. 191/193, enfrentou a questão, destacando que não há julgamento *extra petita* quando a decisão representa mera consequência lógica do julgado, como no caso concreto, em que *"o pedido de retificação do ato de aposentadoria, através da qual o autor seria promovido a cabo, é consequência lógica do pedido de pagamento dos proventos equivalentes a graduação imediatamente superior, uma vez que, conforme o § 2º do art. 21 da LC nº. 059/2004, a percepção dos proventos equivalentes à patente subsequente se daria a título de promoção"*.

Ademais, o embargante alega existir omissões no acórdão, por falta de pronunciamento expresso acerca dos artigos 5º, inciso XXXVI e 71, inciso II c/c 75, da CF/88, e do art. 6º, § 1º, do Decreto Lei nº. 4.657/42, e das Súmulas 6 e 347 do STF.

A omissão é a preterição no comando estatal, indicando lacuna, deixando a sentença ou o acórdão de dizer alguma coisa, ou porque olvidou-se em dizer ou descuidou-se em dizer.

Enfatize-se, por oportuno, que é desnecessário analisar cada um dos argumentos e dispositivos constitucionais, legais e regulamentares mencionados pelo recorrente, para fins de prequestionamento, seja porque o órgão julgador não está obrigado a responder questionários jurídicos elaborados pelas partes e nem a discorrer sobre todos os dispositivos legais por elas invocados, seja porque não está adstrito à aplicação do direito de acordo com o que pretendem as partes, razão pela qual incide o brocardo *da mihi factum dabo tibi jus*, seja ainda porque, se o órgão julgador encontrou motivo suficiente para fundamentar sua decisão, não há necessidade de mencionar especificamente que as razões contrárias ficam rejeitadas.

Nesse sentido, aliás, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que:

"O julgador, no exame das lides que lhe são submetidas, não está obrigado a responder questionários jurídicos elaborados pelas partes e nem a discorrer sobre todos os dispositivos legais por elas invocados. É de sua obrigação, ao examinar os contornos da lide controvertida, apresentar os fundamentos fáticos e jurídicos em que apoia suas convicções para decidir."
(STJ, AgRg no AREsp 180.224/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE

f

SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2012, DJe 23/10/2012).

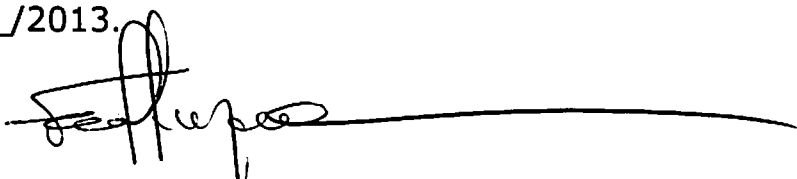
242
a

Desta feita, percebe-se claramente que o embargante pretende, antes de sanar omissões, rediscutir o posicionamento adotado por esta Corte Estadual de Justiça, mediante nova apreciação de seus argumentos, intenção esta que não encontra amparo na legislação processual vigente.

Em face do exposto, **CONHEÇO E REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

É como voto.

Recife, 08 / 10 / 2013.



DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS
RELATOR